



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007675-55.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Kelley Cristina Rios**
 Requerido: **Christina Maura de Arruda Campos Lechat**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Luiz Maia Santos**

Vistos.

Kelley Cristina Rios ajuizou ação de indenização por danos materiais e morais contra **Christina Maura de Arruda Campos Lechat** alegando, em síntese, que a requerida apresentou laudo em ação judicial, processo nº 0012482-48.2011.8.26.0566, tendo tomado conhecimento do documento em 21 de agosto de 2013. Afirma que o laudo é tendencioso, ofensivo e inverídico. Informa que a requerida foi sancionada, mediante aplicação de advertência, pelo Conselho Regional de Psicologia, por meio de representação formulada pela autora, em 11 de outubro de 2013. Discorre sobre os danos morais e materiais decorrentes da conduta da requerida. Pede a condenação da requerida ao pagamento de R\$ 18.740,00, a título de danos morais, e de R\$ 808,80, pelos danos materiais. Juntou documentos.

Deferida a gratuidade processual à autora.

A requerida foi citada e contestou alegando, em suma, prescrição trienal e, no mérito, que agiu com esmero e profissionalismo. Discorreu sobre as particularidades do caso. Defendeu a não caracterização de danos morais e materiais. Pediu a improcedência da ação, com os consectários legais.

A autora apresentou réplica, sustentando que houve interrupção da prescrição com o oferecimento de representação na via administrativa e, no mérito, repisou os termos da inicial.

É o breve relatório.

Fundamento e decido.

O pedido comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

I, do Código de Processo Civil.

Reconhece-se a prescrição.

O ato ilícito imputado à requerida consiste na apresentação de laudo em processo judicial, o qual seria tendencioso, ofensivo e inverídico. Referido laudo foi elaborado em 09 de agosto de 2013 (fls. 32/34), tendo a autora informado que dele tomou conhecimento em 21 de agosto daquele ano.

Então, a partir do suposto cometimento do ato ilícito, adotando-se como marco inicial mais favorável o conhecimento da autora a respeito do documento, quando então nasceu a pretensão, tem-se que, até o ajuizamento desta ação, em 25 de julho de 2017, passaram-se mais de três anos.

O Código Civil, no artigo 206, § 3º, inciso V, estabelece que é de três anos o prazo prescricional em casos de reparação civil. E não há, nos artigos 197 a 204, do mesmo diploma legal, nenhuma causa suspensiva ou interruptiva da prescrição que alcance a representação contra profissional na esfera administrativa.

Por isso, como a autora esperou o desfecho do processo administrativo disciplinar, que não interferiria no julgamento desta ação, acabou por ter fulminada a pretensão, em razão do decurso de tempo superior a três anos.

Ante o exposto, **julgo improcedente o pedido, extinguindo-se o processo, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso II, do Código de Processo Civil.**

Condeno a autora ao pagamento das custas processuais respectivas e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da ação, quantia que está em consonância com as diretrizes do artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil, respeitada a gratuidade processual, de acordo com o artigo 98, § 3º, do mesmo diploma legal.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 30 de janeiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**